

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Titularidade de Serviços Notariais e de Registro

Caderno de Provas
Objetiva e Discursiva



Aplicação: 5/11/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cem itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 100, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local e(ou) da especificação apropriados.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **7/11/2006**, a partir das 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006.
- II **8 e 9/11/2006** — Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006.
- III **29/11/2006** — Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova discursiva: Diário da Justiça do Estado do Acre e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006.
- IV **30/11/2006 e 1.º/12/2006** — Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- V **20/12/2006** — Resultado final da prova discursiva, convocação para a prova oral, para a investigação de vida funcional e individual e para a avaliação de títulos: Diário da Justiça do Estado do Acre e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1/2006 – TJAC/NOTÁRIOS, de 11/9/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

1 A preocupação com a publicidade imobiliária parece estar presente desde a transição da civilização pré-histórica. Na Mesopotâmia, há indícios de procedimentos
4 voltados à publicidade registral, bem antes do Código de Hamurábi (1700 a.C.). Chegam-nos informações acerca de contratos de transmissão imobiliária, em tabuletas de argila,
7 lavradas por escribas (notários) e que apresentavam o selo do notário (*kunuku*). Muitas vezes, cópias eram guardadas por autoridades públicas (registros públicos).

10 Uma forma bem sofisticada de publicidade registral existiu no antigo Egito. Os registros denominados *katagrafe* foram organizados na época ptolomaica, por volta do século
13 III a.C., e tinham à frente funcionários encarregados do registro de contratos e da cobrança dos impostos. Já nessa época, os notários (que redigiam os contratos) eram
16 obrigados a exigir certidões dos *teminai* (responsáveis pelos registros) para que se pudesse dispor de imóveis.

A prática registral, a credibilidade e a confiança nos
19 cartórios arraigadas na mente popular deitam suas raízes ao lado das raízes da própria civilização, e daí se legitima a função do registrador e do notário, que acompanharam,
22 testemunharam e registraram a evolução do homem e do Estado.

Internet: <www.irtnpjbrasil.com.br> (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 O texto constitui uma narração que apresenta os fatos em ordem cronológica regressiva.
- 2 O sinal indicativo de crase em “à publicidade” (l.4) justifica-se pela regência de “procedimentos” (l.3), que exige preposição, e pela presença de artigo definido.
- 3 O emprego de pronome na primeira pessoa em “Chegam-nos” (l.5) não prejudica a objetividade do texto nem a impessoalidade que o caracteriza.
- 4 Em “para que se pudesse dispor de imóveis” (l.17), o pronome “se” exerce a função de partícula apassivadora.
- 5 O emprego da vírgula após “acompanharam” (l.21) justifica-se por separar componentes de uma enumeração.

1 No Brasil, hoje em dia, os cartórios vão muito além de sua função de registrar. Os cartórios são a mais efetiva máquina de fiscalização tributária do país. Ninguém compra
4 ou vende um imóvel sem que essa transação seja imediatamente informada à Receita Federal, seja pelo notário seja pelo registrador, para se verificar a compatibilidade das
7 declarações de renda com o patrimônio. Nenhuma escritura é lavrada se não for apresentada a certidão de regularidade com o IPTU, além do pagamento do imposto de transmissão (ITBI). Nenhuma construção é averbada sem a comprovação
10 do recolhimento das contribuições previdenciárias dos operários que trabalharam na respectiva obra, com a apresentação, no Registro de Imóveis, da Certidão Negativa de Débitos do INSS.

13 Graças aos registradores civis, que informam gratuitamente ao INSS todos os óbitos ocorridos no mês, o sistema previdenciário brasileiro economiza milhões de reais com a suspensão imediata do pagamento de benefícios, que,
16 sem essa informação, continuariam a ser pagos indevidamente.

19 A responsabilidade é um dos pilares do sistema registral brasileiro, que é exemplo e modelo para o mundo. Os notários e registradores, além de responderem
22 pessoalmente e solidariamente pelos tributos que têm obrigação de fiscalizar, são responsáveis diretos por todos os atos praticados no cartório. Quando se reconhece uma
25 firma, autentica-se um documento, lavra-se uma escritura, registra-se um imóvel, notifica-se uma pessoa, protesta-se um título, outorga-se uma procuração pública, em todos
28 esses atos, muito além do carimbo do cartório, agrega-se a esse documento um seguro, baseado na responsabilidade e fé pública do tabelião.

Idem, ibidem.

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 Infere-se das informações do texto que os cartórios constituem um entre outros mecanismos de fiscalização de impostos no Brasil.
- 7 A oração iniciada pelo termo “sem que” (l.4) tem sentido condicional.
- 8 Não há vírgula após “operários” (l.12) porque a oração subsequente tem valor restritivo.
- 9 A substituição do trecho “economiza milhões de reais com a suspensão imediata do pagamento de benefícios” (l.17-18), por **economiza milhões de reais cuja suspensão imediata do pagamento de benefícios** mantém a coerência e as idéias da redação original.
- 10 A substituição de “agrega-se” (l.29) por **é agregado** prejudica a correção gramatical e altera a informação original do período.

Acerca do negócio jurídico, julgue os itens a seguir.

- 11** Considere que uma pessoa tenha alienado uma grande área de terreno como sendo imóvel destinado à construção, ocultando intencionalmente do comprador que, na referida área, por declaração da autoridade municipal, não é permitido edificar qualquer construção. Nessa situação, o negócio jurídico terá sido praticado com omissão dolosa do vendedor, o que vicia a vontade negocial da outra parte e torna o negócio anulável.
- 12** A simulação é vício que acarreta a nulidade do negócio jurídico e caracteriza-se pelo intencional desacordo entre a vontade interna e a declarada, no sentido de criar aparentemente um negócio jurídico que de fato não existe ou então ocultar sob determinada aparência o ato realmente querido. A simulação é, assim, a declaração enganosa da vontade, visando produzir efeito diverso do ostensivamente declarado, com intuito de enganar terceiros.

Quando à teoria dos contratos e ao contrato de alienação fiduciária em garantia, julgue os itens que se seguem.

- 13** Além dos pressupostos gerais, válidos para todos os atos jurídicos, os contratos possuem como requisito especial o consentimento ou acordo de vontades entre as partes, que pode ser expresso ou presumido, este exteriorizado pelo silêncio como manifestação positiva da vontade.
- 14** A evicção é uma garantia que recai sobre o alienante e tem como fundamento a obrigação do alienante de garantir ao adquirente, ainda que em hasta pública, o uso e gozo da coisa. A evicção se dá pela perda definitiva da propriedade, da posse ou do uso da coisa, seja por ato judicial ou extrajudicial, a outrem que tenha direito anterior ao contrato aquisitivo, isto é, baseada em causa preexistente ao contrato.
- 15** Em contrato de alienação fiduciária em garantia, a mora decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento de uma prestação ou de toda a dívida, porém comprova-se pelo protesto do título, se houver, ou pela notificação feita, extrajudicialmente, pelo envio de uma carta registrada expedida por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, que é considerada válida se entregue no endereço do domicílio do devedor, ainda que não seja entregue pessoalmente a ele.
- 16** A alienação fiduciária em garantia expressa negócio jurídico em que o adquirente de um bem móvel transfere, sob condição resolutiva, ao credor que financia a dívida, a posse indireta do bem adquirido. No entanto, é defeso inserir no referido contrato, além da garantia, cláusula que represente pacto comissório, isto é, de que, ocorrendo a inadimplência do financiado, a propriedade do bem se consolida na esfera patrimonial do credor.

Quanto ao direito de família, julgue os itens subsequentes.

- 17** Considere que uma pessoa adquiriu um imóvel por meio de escritura pública, quando solteira; em seguida, casou-se e, só então, na constância do casamento celebrado pelo regime da comunhão parcial de bens, registrou a escritura pública. Nessa hipótese, o bem será considerado aquesto, ou seja, integrará o patrimônio do casal, pois a transmissão da propriedade só ocorre pelo registro do título de transferência no Registro de Imóveis.
- 18** No processo de habilitação para o casamento, os nubentes devem fazer sua opção por um dos regime de bens previstos em lei, obrigatoriamente, por escritura pública devidamente registrada no cartório competente. A forma prevista para o pacto antenupcial é a escritura pública, ou seja, essa é condição da existência do contrato e da validade do casamento.

Acerca do direito das sucessões, julgue os itens que se seguem.

- 19** A cessão de direitos hereditários relativa a imóvel tem natureza obrigacional, razão pela qual pode ser alienada a terceiros, por meio de ajuste firmado em documento particular, desde que registrado em cartório de títulos e documentos da situação do imóvel. O referido negócio jurídico é válido, eficaz inclusive em relação a terceiros e constitui título hábil a transferência do domínio de bem imóvel.
- 20** O direito real de habitação é benefício instituído em favor do cônjuge supérstite, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, qualquer que seja o regime de bens, não se exigindo para a sua constituição o registro imobiliário. Ao cônjuge sobrevivente é garantido o direito real de habitação no único imóvel que componha a herança e sirva de residência para a família.

Tendo por base o Sistema Tributário Nacional, julgue os itens subsequentes, partindo da premissa de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma empresa pública que, ao lado dos serviços postais, executa também outros serviços que não podem ser considerados serviços públicos.

- 21** A ECT, tendo em vista sua condição de empresa pública federal, com natureza de direito privado e que explora atividade econômica, não se beneficia da imunidade recíproca prevista na Constituição Federal.
- 22** Ainda que se entenda possível conceder à ECT o benefício da imunidade recíproca, há que se realizar ponderação quanto à espécie de patrimônio, renda e serviços protegidos por essa imunidade tributária recíproca, ante o fato de essa pessoa jurídica executar, também, serviços que, inequivocamente, não são públicos nem se inserem na categoria de serviços postais.

De acordo com a organização dos poderes públicos e suas iniciativas no processo legislativo, julgue o item abaixo.

23 Se o Congresso Nacional iniciasse projeto de lei que autorizasse o Poder Executivo a criar um programa de saúde itinerante para atender localidades ribeirinhas, por meio de unidades móveis de saúde, estabelecendo atribuição ao Ministério da Saúde e determinando que o orçamento anual contemplasse as despesas necessárias à implantação do projeto, estar-se-ia diante de uma usurpação à competência do chefe do Poder Executivo.

Um contribuinte, no âmbito de processo administrativo, obteve do secretário de Estado da Fazenda decisão que lhe era desfavorável. No prazo disponível, o contribuinte interpôs recurso. Passados mais de 180 dias, o secretário ainda não havia julgado o recurso. Inconformado, o contribuinte impetrou mandado de segurança contra a omissão da autoridade.

A propósito dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

24 Não cabe ao Poder Judiciário exercer controle da omissão da administração pública nesse caso, fixando prazo para o julgamento do recurso administrativo pendente de apreciação.

25 Levando-se em conta a lei que rege o processo administrativo, a própria administração deveria velar para que a decisão fosse emitida no prazo de 30 dias.

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC) editou uma resolução que permite o aproveitamento de servidores requisitados de órgãos do Poder Executivo estadual e originalmente investidos em outras funções para cargos diversos no TRE/AC.

Considerando a situação hipotética acima à luz do regime jurídico nacional aplicável aos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

26 É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual estava anteriormente investido.

27 O ato normativo do TRE/AC não encontra resistência constitucional quando se considera tão-somente o fato de ter havido aproveitamento de servidores estaduais nos quadros da justiça eleitoral, que integra o Poder Judiciário da União.

Marina, servidora pública, respondia a regular processo administrativo disciplinar por ter procedido de forma desidiosa no exercício da função. Ao fim do processo administrativo, Marina foi demitida, por restar provada a falta funcional. Por estar com 6 meses de gestação, Marina impetrou mandado de segurança contra o ato demissório, alegando estabilidade gestante.

Julgue os próximos itens, relativos à situação hipotética acima.

28 Nesse caso, a figura, na espécie, que corresponderia a eventual retorno da servidora ao cargo seria a reintegração.

29 O processo administrativo está eivado de nulidade, pois Marina foi demitida enquanto estava grávida e, portanto, enquanto era detentora de estabilidade provisória.

30 A comissão processante deve ser composta por servidor estável, designado por autoridade competente, e com nível de escolaridade igual ou superior ao de Marina.

João pleiteou, à autoridade administrativa fazendária estadual, a realização de compensação tributária de um crédito de ICMS. Passados 180 dias da propositura do pleito, a administração ainda não havia dado resposta a João.

Com referência à situação hipotética acima, julgue os itens a seguir, levando em conta as normas atinentes aos processos administrativos e ao controle judicial da administração pública.

31 A argumentação mais adequada para a solução do problema seria a invocação, de forma genérica, do princípio da eficiência da administração.

32 O ato da administração, no caso em apreço, é típico ato comissivo.

Com base na doutrina constitucional de aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, julgue os itens subseqüentes.

33 O preâmbulo da Constituição pode ser classificado como uma norma de reprodução obrigatória.

34 As normas constitucionais de eficácia limitada contam pelo menos com a imediata eficácia de revogação das regras preexistentes que lhes sejam contrárias.

35 É de eficácia plena a norma constitucional que determina que se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

A Polícia Federal (PF) começou a acompanhar os passos de uma quadrilha, quando foi informada pela polícia de Portugal que Joaquim, investigado há mais de dez anos por suspeita de tráfico internacional de entorpecentes, estaria comprando imóveis no Brasil. Os agentes de polícia localizaram uma fazenda que estava em nome de Joaquim e de um sócio seu. A PF constatou que Joaquim vinha comprando terras nos arredores dessa fazenda a preços muito acima dos praticados no mercado. Nessa região, em que se vendia um alqueire por R\$ 30 mil, o português pagava até R\$ 80 mil, em uma demonstração de que tinha necessidade de investir rapidamente grande quantia em dinheiro.

Tendo por base a situação hipotética acima, julgue os próximos itens.

- 36** A narrativa em consideração configura uma prática tipicamente utilizada para a lavagem de dinheiro e está sujeita à incidência da Lei n.º 9.613/1998.
- 37** A hipótese dada traz, como crime antecedente, delito não previsto explicitamente na lei de lavagem de dinheiro, mas que pode ser alvo de aplicação analógica dessa lei para subsidiar eventual imputação de lavagem.

Julgue os itens subseqüentes, acerca dos crimes contra a fé pública.

- 38** A falsificação de péssima qualidade de papel-moeda não ofende a fé pública, razão pela qual não chega a caracterizar essa espécie de crime. Nesses casos, pode ocorrer, em verdade, crime contra o patrimônio, na modalidade estelionato.

- 39** Considere a seguinte situação hipotética.

João encomendou a falsificação de diploma universitário de farmacêutico para uso posterior, com o fim de obtenção da carteira de identificação profissional. Realizada a falsificação, João foi apanhado pela polícia na posse do documento, antes de fazer uso dele.

Nessa situação, para considerar-se configurado o crime, não basta que a falsificação tenha mera aptidão para lesionar a fé pública, sendo indispensável a comprovação de efetivo dano.

- 40** Não há concurso material de crimes na hipótese em que o agente fabrica, fornece e guarda objetos destinados à falsificação de papéis públicos. Há, nessa circunstância, ações que configuram atos preparatórios para a consumação de outras, também chamadas de *ante factum* impunível.

O cheque é uma ordem de pagamento à vista, sacada contra um banco e com base em suficiente provisão de fundos depositados pelo sacador em mãos do sacado ou decorrente de contrato de abertura de crédito entre ambos. Com referência ao instituto do cheque, julgue os itens seguintes.

- 41** O cheque pode servir como instrumento de prova de pagamento e de extinção de obrigação, desde que observadas as exigências legais.
- 42** O cheque prescreve e deixa de ser título executivo em 120 dias, contados a partir do término do prazo de apresentação a pagamento.
- 43** Os lojistas têm sofrido prejuízos em razão do alto índice do que se costuma denominar “cheques sem fundos”. Contudo, a inexistência ou a insuficiência de fundos não desnatura o cheque como um título de crédito.

De acordo com os institutos da falência e da recuperação judicial, julgue os itens a seguir.

- 44** A formação da massa falida subjetiva, a suspensão das ações individuais contra o falido, o vencimento antecipado dos créditos e a suspensão da fluência dos juros são, em regra, efeitos produzidos pela sentença declaratória de falência em relação aos credores.
- 45** No caso de recuperação judicial, as atribuições da assembléia dos credores incluem aprovar, rejeitar ou modificar o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor e deliberar quanto ao pedido de desistência do devedor.
- 46** Existem três fases de recuperação judicial: a postulatória, a deliberativa e a de execução. Nesta última, discute-se e aprova-se um plano de recuperação do devedor ou de reorganização da empresa.
- 47** As hipóteses de reabilitação do falido incluem o pagamento dos créditos ou a novação destes com garantia real e o decurso do prazo de 5 anos após o encerramento da falência, independentemente de o falido ou de o representante legal da sociedade falida ter incorrido em crime falimentar.

O direito comercial cuida do exercício da atividade econômica, organizada para o fornecimento de bens ou serviços e denominada empresa. Seu objeto é o estudo dos meios socialmente estruturados de superação dos conflitos de interesses que envolvem empresários ou estão relacionados às empresas que exploram. Considerando o destaque da empresa e do empresário no direito comercial, julgue os itens subseqüentes.

- 48** Uma obrigação do empresário, isto é, do profissional que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços, é inscrever-se no registro de empresas antes de dar início à exploração de seu negócio.
- 49** Estabelecimento empresarial é o complexo de bens reunidos pelo empresário para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Influenciada pelo princípio da informalidade, a alienação do estabelecimento empresarial não está sujeita à observância de cautelas específicas, como, por exemplo, o contrato ser arquivado na junta comercial.
- 50** Os livros comerciais gozam da proteção do princípio do sigilo, independentemente de ordem judicial ou de autoridade fiscal.

Com o crédito tributário definitivamente constituído, inicia-se a fase do chamado processo judicial tributário. Em relação à discussão do crédito tributário no âmbito judicial, julgue os itens que se seguem.

- 51** O prazo para a oposição dos embargos à execução fiscal é de 30 dias e tem como termo inicial a intimação do executado da realização da penhora, do depósito ou da juntada da prova da fiança bancária.
- 52** A repetição do indébito está assentada na idéia de não se dar abrigo ao enriquecimento sem causa. Contudo, em caso de pagamento maior que o devido ou pagamento indevido de tributo direto — aquele que comporta transferência de encargo financeiro —, o contribuinte deve provar que assumiu o encargo financeiro ou está expressamente autorizado por quem efetivamente o suportou.

53 Considere a seguinte situação hipotética.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Acre, após fiscalizar determinada empresa, lavrou auto de infração devido às omissões relacionadas às obrigações tributárias acessórias e ao não-recolhimento de ICMS em todo o ano de 2005. O crédito tributário foi definitivamente constituído em 30/8/2006.

Nessa situação, a fazenda pública estadual tem prazo até 29/8/2011 para exercer o seu direito subjetivo de cobrar, sob pena de decadência.

54 A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, diante da recusa de recebimento ou da subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade ou mesmo do cumprimento de obrigação acessória, bem como na hipótese de exigência de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador por mais de uma pessoa jurídica de direito público.

55 Para que o depósito, integral e em dinheiro, tenha o poder de suspender a exigibilidade do crédito tributário, ele deve estar acompanhado de liminar nos autos de mandado de segurança ou de liminar/tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.

Julgue os itens seguintes, tendo como contexto a relação jurídico-tributária e o Código Tributário Nacional.

56 O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada a pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, podendo ser o contribuinte, quando sua obrigação decorre de disposição legal, ou o responsável, quando tem relação pessoal e direta com a situação que constituiu o respectivo fato gerador.

57 Em relação à responsabilidade do sucessor imobiliário, é correto afirmar que os créditos tributários relativos às taxas decorrentes do poder de polícia e às contribuições de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes.

58 Salvo disposição de lei em contrário, são efeitos de solidariedade tributária a interrupção da prescrição, em favor de um dos obrigados ou contra ele, que favorece ou prejudica os demais; o pagamento efetuado por um dos obrigados que aproveita aos demais; e a isenção ou a remissão de crédito que exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

59 A lei permite que a União conceda moratória quanto a tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.

60 Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, em razão de as taxas estarem vinculadas a uma contraprestação, e a contribuição de melhoria derivar de valorização patrimonial decorrente de obra pública.

Considere que um imóvel foi arrematado em hasta pública e que, posteriormente, o adquirente não conseguiu efetuar o registro da carta de arrematação, em face da exigência de comprovação do pagamento de IPTU de períodos anteriores à arrematação. Considere, ainda, que o adquirente não se conforme com a exigência feita pelo registrador, por entender que a referida quitação dos débitos fiscais não é de sua responsabilidade e que tem direito a obter o registro independentemente de apresentação da certidão negativa de débitos.

Diante da situação acima mencionada, julgue os itens seguintes.

61 Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não a podendo satisfazer, poderá suscitar a dúvida inversa ao juízo competente para dirimi-la. A tramitação do procedimento de dúvida registrária tem prioridade e deverá ser julgada no prazo inferior a 30 dias, pois o prazo preempatório de validade da prenotação é de 30 dias do lançamento do título no livro do protocolo.

62 O arrematante só poderá requerer o devido registro da mencionada carta de arrematação ao cartório de registro imobiliário da localização do imóvel depois de quitar os débitos referentes ao IPTU, porque os créditos relativos a esse imposto sub-rogam-se na pessoa do adquirente.

63 Em face da constatação de que sobre o imóvel arrematado, ainda que sem ciência dos credores, existem débitos fiscais ou qualquer ônus real devidamente registrado, deverá o oficial da serventia imobiliária registrar a carta de arrematação, fazendo referência aos débitos fiscais ou a ônus real existentes sobre o imóvel.

Acerca do registro de imóveis, de acordo com a Lei dos Registros Públicos, julgue os próximos itens.

64 Prenotado um título, este goza de prioridade sobre quaisquer outros títulos que tratem de direitos reais sobre o mesmo imóvel. Assim, o número do protocolo é que determinará a prioridade do título e a preferência do direito real.

65 A publicidade dos atos submetidos a registro público está assegurada pelo princípio da publicidade, o qual também garante a qualquer pessoa o direito de requerer e obter gratuitamente certidão do registro de um bem imóvel ou mesmo informações de todos os termos do assento, mediante solicitação verbal, pertinentes a esse registro.

66 É possível a unificação de imóveis contíguos, abrindo-se apenas uma matrícula e encerrando-se as primitivas, o que somente poderá ser efetivado pelo oficial do Registro de Imóveis, quando esses bens forem do mesmo proprietário.

Ainda a respeito da Lei dos Registros Públicos, julgue os itens a seguir.

- 67** Quando se tratar de filiação oriunda de relação fora do casamento, isto é, pais não casados entre si, a adição do nome do pai no assento do nascimento depende da expressa autorização deste ou de ser ele o declarante. Nesse caso, o pai, ou seu procurador, manifestará o reconhecimento da filiação por meio da assinatura do termo, na presença de testemunhas.
- 68** A retificação de registro consensual propicia a correção das informações tabulares no Registro de Imóveis, prescindindo-se do procedimento judicial. Nessa forma de retificação de registro, exige-se, além da concordância de todos os confrontantes tabulares e físicos, que o pedido de retificação seja instruído com planta e memorial descritivo subscrito por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente conselho regional de engenharia e arquitetura.
- 69** Como regra, o prenome da pessoa física é imutável. Contudo, pode o interessado, no prazo de três anos depois de completada a maioridade, requerer, ao juízo a que estiver sujeito o registro, a retificação do seu assentamento civil para alterar o seu nome, desde que não se trate de registro especial, no caso de gêmeos que tiverem o prenome igual, e que não se prejudiquem os apelidos de família.
- 70** Um dos princípios registrários é a unitariedade, que consiste na impossibilidade de a matrícula conter mais do que um imóvel em sua descrição, ou de abertura de matrícula de parte ideal de imóvel. Portanto, cada imóvel tem assento em uma única matrícula, e cada matrícula descreve um único imóvel.

Acerca dos serviços notariais e de registro, segundo a Lei n.º 8.935/1994, julgue os seguintes itens.

- 71** Os notários e registradores, no exercício da função pública, devem-se submeter ao princípio da legalidade, só podendo praticar os atos de seu ofício permitidos por lei. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, nos quais prevalecem os princípios norteadores da administração pública.
- 72** Os escreventes, os auxiliares e os demais empregados são prepostos e substitutos legais dos notários e registradores na realização de todos os serviços internos e externos da serventia. Todos os atos de competência dos notários são delegados aos referidos prepostos, que podem, estando o notário ausente ou impedido, lavrar qualquer instrumento e subscrevê-lo, pois essa substituição integral é automática.
- 73** O controle de bens e de pessoal, a orientação de todo o trabalho da serventia e o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro são responsabilidade do respectivo titular ou de um de seus substitutos.
- 74** A responsabilidade civil por ato ilícito praticado por notário ou oficial registrador, no exercício de atos próprios da serventia, é do Estado, do cartório e de seu titular, ainda que este não ocupasse o cargo à época da prática do ato lesivo aos interesses da vítima. Trata-se de litisconsórcio passivo necessário e de responsabilidade solidária e objetiva, por se caracterizar relação de consumo.

A respeito das atribuições dos tabeliães de notas, julgue os itens que se seguem.

- 75** No caso de doação de bens imóveis, não importa a localização deles para determinar a atribuição do notário. O interessado pode escolher o tabelião de notas para lavratura de qualquer ato notarial, independentemente do local de sua residência.
- 76** Aos tabeliães de notas compete com exclusividade lavrar, mediante solicitação, ata notarial, que pode ser corretamente definida como a narrativa objetiva de fato verificado ou presenciado pelo notário, sem seu juízo de valor, e, sendo o notário detentor da fé pública, a ata constitui prova pré-constituída e goza de credibilidade plena para fins de prova em juízo ou em qualquer outra situação de fato ocorrido.
- 77** Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente lavrar protesto, registrando, em livro próprio, a declaração de que o devedor não satisfaz sua obrigação para com o título apresentado para aceite ou pagamento. O tabelião deverá fazer uma verificação do título e, caso constate irregularidade — formal ou material — ou a ocorrência da prescrição, antes de fazer o apontamento, deverá suscitar dúvida ao juízo competente.

Acerca das atribuições dos oficiais registradores, julgue os itens a seguir.

- 78** O registro de imóveis tem como função o cadastro da propriedade imobiliária, detendo todas as informações acerca de seu estado atual e procedendo às mudanças, às alterações e à extinção dos direitos relativos ao imóvel. Nele são efetuados os atos de matrícula, registro e averbação.
- 79** São funções exclusivas do registro de títulos e documentos, entre outras, produzir o efeito do conhecimento dos atos registrados, assegurar a transferência de domínio sobre os bens objeto de instrumento registrado, e efetuar a notificação a terceiros. Em cidades dotadas de mais de um cartório, deverá haver prévia distribuição entre eles dos registros a serem efetuados.
- 80** O oficial de registro de imóvel poderá dispensar a prenotação quando a parte apresentar o título para exame de sua registrabilidade ou para cálculo de emolumentos, pois, nesse caso, a protocolização é dispensada, ficando certa a inexistência de interesse em afirmar a precedência do registro e a garantia de prioridade registrária.

Acerca da organização e divisão judiciárias do estado do Acre, julgue os seguintes itens.

- 81** Em uma cidade do Acre, onde foram instaladas mais de duas varas, a competência dos juízes deve ser fixada por distribuição ou especialização, cabendo às varas criminais a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais.
- 82** Se uma comarca possui apenas duas varas, uma deve ser cível e a outra, criminal; nesse caso, caberão à vara cível as atribuições relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 83** Nos foros extrajudiciais, a legislação estadual prevê expressamente a possibilidade de o juiz diretor aprovar a admissão, pelos titulares dos ofícios extrajudiciais, de auxiliares contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, após processo de privatização.
- 84** Os atos originais poderão ser manuscritos de forma legível e lavrados em livros de folhas soltas; estes, entretanto, não poderão ser usados para testamentos. Quando o ato for lavrado em livro de folhas soltas, será indispensável que o tabelião e as partes firmem as folhas do ato original.
- 85** É competência do diretor do foro criar as normas que regerão o número de páginas e a encadernação dos livros de folhas soltas.

Tendo por base o regimento de custas e emolumentos do estado do Acre, julgue os itens a seguir, que tratam especialmente das regras que ampliam o acesso à justiça.

- 86** São isentos do pagamento de taxas judiciárias e emolumentos, entre outros, o beneficiário da assistência judiciária; o réu pobre, nos feitos criminais; e os que provarem insuficiência de recursos.
- 87** O recolhimento da taxa judiciária será realizado no momento da propositura da ação, quando se tratar de ação de alimentos ou revisional de alimentos.
- 88** As serventias extrajudiciais devem ter, afixadas em seu recinto, em local visível e de fácil acesso ao público, as tabelas atualizadas do regimento de custas.
- 89** Emolumentos cobrados indevidamente geram ao interessado o direito de reclamar, por escrito ou oralmente, ao magistrado a que estiver subordinada a serventia. O serventuário deve encaminhar a reclamação sem que emita juízo sobre ela e o magistrado decidirá em 5 dias.
- 90** Surgindo dúvidas a respeito da aplicação do regimento de emolumentos do estado do Acre e das suas tabelas, estas devem ser resolvidas pela própria serventia extrajudicial.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao código de normas de serviço da Corregedoria-Geral de Justiça do Acre para os serviços notariais e de registro.

- 91** Os tabeliões de notas devem manter um índice alfabético ou fichário dos atos lançados em suas notas.
- 92** Ao tabelião só é permitido funcionar nos atos quando figure como parte, procurador ou representante legal.
- 93** Quando houver necessidade de colher assinaturas dos interessados fora da serventia para a realização de atos, tal coleta só poderá ser realizada pelo tabelião.
- 94** A redação dos instrumentos públicos far-se-á sempre em língua nacional e, nos casos em que a parte não se exprimir no idioma nacional, o tabelião solicitará a presença de um tradutor habilitado para servir de intérprete e assinar o instrumento público notarial, ressalvado o caso dos testamentos públicos.
- 95** Os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações registrados deverão ser arquivados e encadernados por período certo, ou microfilmados, sendo permitida a adoção do sistema de fichas, e ficando os oficiais responsáveis por qualquer erro ou omissão.
- 96** Os tabeliões e os oficiais de registro de imóveis, ao constatar a existência de fato criminoso, ainda que em tese, devem comunicar o fato imediatamente ao juiz da vara de registros públicos.
- 97** Na serventia de registro civil das pessoas naturais do 1.º ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária de cada comarca, haverá um livro especial em que serão registradas as sentenças de emancipação.
- 98** O horário de expediente das serventias de registros será estabelecido no Código de Organização e Divisão Judiciárias do estado, e, nos finais de semana e feriados, haverá uma serventia de registro civil funcionando em regime de plantão, conforme escala elaborada pelo juiz da vara de registros públicos.
- 99** A serventia de registros civis de pessoas naturais não pode reconhecer a firma dos subscritores de títulos e documentos públicos em outras comarcas ainda que o ato seja de sua competência.
- 100** Os oficiais do registro civil de pessoas jurídicas devem matricular, após despacho judicial, jornais e demais publicações periódicas, empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias e as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos, sendo **cinco** pontos para cada ato notarial —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Em cada ato notarial, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas a palavra **Notário**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

ATO NOTARIAL 1

Raul da Silva, brasileiro, casado, comerciante, CPF n.º _____, carteira de identidade n.º _____, SSP/AC, residente e domiciliado nesta capital, é proprietário de imóvel do tipo sala comercial, localizado na parte térrea de sua residência. O referido imóvel encontra-se alugado para Antônio de Souza, que ali instalou um salão de beleza, denominado TONY'S HAIR.

Raul procurou um Tabelionato de Notas e relatou ao tabelião que seu inquilino Antônio fechara o salão de beleza havia mais de trinta dias, tendo abandonado o local e estando, desde então, sem qualquer possibilidade de ser localizado nos endereços por ele fornecidos. Em razão disso, Raul solicitou que o tabelião fizesse a lavratura de uma ata notarial, com verificação no local, para que fosse possível entrar no salão e constatar a situação em que este se encontrava bem como o seu eventual conteúdo.

Na oportunidade, foi contratado o chaveiro Pedro Alves para a abertura forçada da loja.

Considerando essa situação hipotética, redija, da forma mais completa possível, a ata notarial solicitada por Raul da Silva, observando os elementos legalmente exigíveis para o ato que não estejam expressamente indicados acima.

RASCUNHO – ATO NOTARIAL 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O titular de determinado Tabelionato de Notas foi procurado por João de Souza e Maria de Souza (qualificação, residência e documentos), casados entre si, que lhe expuseram a pretensão de celebrar uma escritura de emancipação de Paulo de Souza, brasileiro, solteiro, estudante, com 16 anos de idade, (residência e documentos). Na oportunidade, os requerentes declararam que o menor, filho do casal, possuía discernimento necessário para responsabilizar-se por sua pessoa e administrar os próprios bens, estando, portanto, apto para exercer todo e qualquer ato da vida.

Diante da situação hipotética acima descrita, lavre o ato adequado, com aproveitamento, total ou parcial, das informações acima, observando os elementos legalmente exigíveis para o ato que não estejam expressamente indicados na hipótese em apreço.

RASCUNHO – ATO NOTARIAL 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	